



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Tribunal Superior do Trabalho	
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2006	
(Regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 5.450/2005, e subsidiariamente, pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações)	
Sector:	SRLCA – Serviço de Licitações e Contratos
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestar serviço de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros e outros.
SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES	
Dia:	CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Hora:	CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Local:	COMPRASNET.GOV.BR
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL	
Dia:	Segunda a sexta-feira
Hora:	Das 12h às 18h
Local:	SAF Sul, quadra 8, lote 1, bloco A, 3º andar, sala 316
<u>Este instrumento contém:</u> Edital com 20 páginas, Anexo I – Planilha de custos e formação de preços com 4 páginas, Anexo II – Termo de Conciliação Judicial com 4 páginas, Projeto Básico e seus anexos com 22 páginas, Minuta de Contrato com 36 páginas.	
CUSTO DO EDITAL IMPRESSO R\$ 0,15 (quinze centavos) p/ página)	

ACOMPANHE ESTA LICITAÇÃO E SEUS ATOS NA INTERNET, NOS SÍTIOS

www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: O PREGOEIRO INFORMA QUE OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO REFERENTES A ESTE PROCEDIMENTO DEVEM SER ENCAMINHADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO VIA INTERNET, PARA O ENDEREÇO CPL@TST.GOV.BR, CONFORME O ART. 19 DO DECRETO N.º 5.450/2005

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

RETIRE O EDITAL GRATUITAMENTE ACESSANDO OS SÍTIOS

www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é a contratação de empresa para prestação de serviço de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros e outros para o Tribunal Superior do Trabalho cujo **CATSERV** é 13404, nos termos e condições constantes deste edital, do projeto básico, das planilhas de formação de custos e da minuta de contrato em anexo.

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
- 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 2.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TST responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.1.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 2.1.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 2.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 2.3. Tendo em vista seu objeto, também não poderão participar do certame as Sociedades Cooperativas de mão-de-obra, constituídas nos termos da Lei n.º 5.764, de 16.12.1971, em função



do Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos termos constantes em anexo deste edital.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF conforme disposto no § 2º, artigo 3º do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.
 - 3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I, artigo 13 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4. Forma de Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecidos aos prazos estipulados neste instrumento de convocação, e consignar exclusivamente **o preço total mensal**, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas e demais encargos.
- 4.2. No campo descrição complementar devem ser incluídas tão somente as seguintes informações relativas ao serviço ofertado, sob pena de desclassificação:
 - 4.2.1. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- 4.3. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta à indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 4.4. Serão desclassificadas aquelas propostas que:
 - a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
 - b) Não atendam às exigências deste edital.



5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com não mais de duas casas decimais, sob pena de serem truncados e serão irrealizáveis.
- 5.2. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.
 - 5.2.1. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da data da intimação.

6. Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação

- 6.1. A sessão pública desse pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá na data e hora indicados no preâmbulo e obedecerá ao rito estabelecido no Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 6.2. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço e, quando for o caso, seus anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
 - 6.2.1. Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno cumprimento dos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com às exigências do instrumento convocatório.
 - 6.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste instrumento convocatório.
 - 6.2.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
 - 6.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.3.2. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet.
 - 6.3.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.



- 6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 6.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5.1. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.5.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.5.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.5.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 6.5.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.5.8. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 6.5.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.5.10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.5.11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



7. Julgamento das Propostas

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.2. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor.
- 7.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 7.4. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e será disponibilizada na Internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.
- 7.5. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.6. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos.
- 7.8. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação.
- 7.9. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será afastado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.10. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.11. Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada até o prazo de 2(dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública.
- 7.12. **A empresa que ofertar o menor preço obriga-se a fazer chegar às mãos do pregoeiro, no prazo de 1(uma) hora após o encerramento da Fase de Lances, sua Proposta Comercial**



acompanhada das Planilhas de Custos e Formação de Preços, contendo os elementos essenciais constante do modelo sugerido no Anexo I.

7.12.1. A adjudicatária deverá apresentar, juntamente com a planilha de composição de custos, comprovação de que os salários e os benefícios dos prestadores de serviços que dela constam, são compatíveis com a convenção, o acordo ou a sentença normativa do dissídio coletivo vigente da categoria em que se enquadram.

8. Habilitação dos Licitantes

8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal;
- c) qualificação econômica e financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2. A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- 8.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- 8.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
- 8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



- 8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
- 8.3.3.1. certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;
 - 8.3.3.2. certidão quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda.
- 8.3.4. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
- 8.3.4.1. certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
 - 8.3.4.2. certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- 8.3.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei n.º 8.036, de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- 8.3.5.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, poderá o pregoeiro proceder à consulta na Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da Internet, para verificação de sua regularidade.
- 8.3.6. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida pela Constituição Federal, em seu artigo 195, parágrafo 3º com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.
- 8.3.6.1. Caso a empresa licitante não apresente a CND, poderá o pregoeiro proceder a consulta à Base de dados da Previdência, através da Internet para verificação de sua regularidade, na forma da OS do INSS nº 207 de 8 de abril de 1999.
- 8.4. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 8.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



8.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a **1 (um)**.

8.4.2.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), no índice referido no item anterior, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido mínimo no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

8.4.2.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial ou;
- b) publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
- d) por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC de 01 de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pelo pregoeiro, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

8.4.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante:

- 8.5.1. Certidão de registro expedida pelo Conselho Regional de Administração - CRA, que comprove a especialização da licitante na administração de serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros.
- 8.5.2. Certidão de Pessoa Jurídica expedida ou visada pelo CRA, comprovando o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante.



- 8.5.3. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
- 8.5.3.1. Comprova essa aptidão a apresentação de pelo menos um atestado de prestação dos serviços, objeto desta licitação.
- 8.5.3.2. O atestado de prestação dos serviços pode ter sido emitido por pessoa jurídica tanto de direito público como privado, desde que devidamente registrado no CRA competente, referente a serviço realizado em qualquer época ou lugar e integrante do acervo técnico atual da empresa, caracterizando a execução do serviço sem irregularidades, podendo igualmente ser apresentada a certidão a ele correspondente.
- 8.5.3.3. O acervo técnico da empresa é o somatório dos acervos técnicos dos profissionais da mesma.
- 8.5.4. Certificado de credenciamento (CRD) junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para o exercício dos serviços de “Brigada de Bombeiro Particular” conforme dispõem as Normas Técnicas 7/2000 – CBMDF.
- 8.5.5. Alvará de funcionamento da licitante, expedido pela Administração regional/GDF, onde conste autorização para funcionamento de atividade de Brigada Contra Incêndio – Lei n.º 1.171/96.
- 8.5.6. Termo de Vistoria emitido pelos Serviços Gerais, comprovando que a empresa efetuou vistoria dos locais de prestação dos serviços nos prédios do TST.
- 8.5.6.1. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertinentes aos serviços a serem executados.
- 8.5.6.2. A vistoria deverá ser marcada com os Serviços Gerais através de contato pelos telefones (61) 3314-4492 e 3314-4265, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data marcada para realização da sessão pública de abertura do certame.
- 8.6. O **cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.
- 8.7. Disposições gerais sobre habilitação:



- 8.7.1. Para confirmação da qualificação técnica das empresas o pregoeiro poderá, a seu critério e sem comunicação prévia, visitar as instalações da proponente, devendo na ocasião ser comprovadas as informações documentais.
- 8.7.2. Serão excluídas da licitação, em qualquer tempo, as empresas que não comprovarem as informações documentais por ocasião da visita que se lhes fizer às instalações.
- 8.7.3. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.
- 8.7.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes a HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 8.7.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo de 1(uma) hora contado da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.
- 8.7.6. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.7.7. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro, a seu juízo, considerar o proponente inabilitado.
- 8.7.8. Caso o licitante seja inabilitado por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE nº 05/95), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF.
- 8.7.9. A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos a menos de 90 (noventa) dias.
- 8.7.10. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 8.7.11. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.



9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
 - 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24(vinte e quatro) horas.
 - 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no edital.
- 9.3. A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.7. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.8. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 9.9. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Serviço de Licitações e Contratos do TST, sito no SAAN Quadra 3, lote 915, 2º andar.



10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após homologado o resultado desta licitação, o TST convocará a empresa adjudicatária para a assinatura do instrumento contratual, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignados no edital.
- 10.2. A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do decreto 5.450/2005.
- 10.3. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficará diretamente condicionada - como solenidade de tratamento recíproco - ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo à empresa, para tanto:
 - 10.3.1. Fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar - comparando - a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;
 - 10.3.2. Autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.
- 10.4. O exame a que alude o item anterior dar-se-á no recinto do Tribunal, podendo ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive, se preciso, fora do expediente normal de trabalho.
- 10.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.6. Para segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a adjudicatária deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - 10.6.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - 10.6.2. seguro garantia;
 - 10.6.3. fiança bancária.



- 10.7. A CONTRATADA deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação de que trata o item 10.1, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 18.4 do edital.
- 10.8. É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST;
- 10.9. Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obrigase a fornecer os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 10.10. É facultado ao TST, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular das condições de habilitação no ato de assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

11. Vigência do Contrato

- 11.1. O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
 - 11.1.1. A renovação do termo contratual respectivo deverá ser sempre precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela licitante contratada continuam vantajosas para a Administração do Tribunal Superior do Trabalho.
- 11.2. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último;

12. Fiscalização da Execução Contratual

- 12.1. A execução das obrigações contratuais integrantes desta licitação serão fiscalizados, conforme o caso, por um servidor ou por uma Comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores do TST, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.



12.2. À fiscalização compete, entre outras atribuições:

- 12.2.1. Encaminhar à Secretaria Administrativa o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à CONTRATADA.
- 12.2.2. Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 12.2.3. Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências verificadas.

12.3. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

13.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

- 13.1.1. **provisoriamente**, imediatamente após efetuada a apresentação da nota fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento, para efeito de posterior verificação da conformidade com os serviços prestados.
- 13.1.2. **definitivamente**, após a verificação da conformidade dos serviços, em até 5 (cinco) dias úteis.

13.2. Após a assinatura do contrato o TST designará formalmente, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

14. Condições de Pagamento

14.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

14.2. A CONTRATADA deverá apresentar atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 14.2.1. Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195, parágrafo 3º;
- 14.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;



- 14.2.3. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- 14.2.4. Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda.
- 14.2.5. Prova de quitação da folha de pagamento específica do contrato, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;
- 14.2.6. Comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do recolhimento individualizado específico do contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- 14.2.7. Cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, específica do contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;
- 14.2.8. Espelho da folha de pagamento específica do contrato;
- 14.2.9. Comprovantes específicos do contrato de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação;
- 14.3. O pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.
- 14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Da Repactuação do Contrato

- 15.1. Será permitida repactuação do contrato, desde que observada a periodicidade mínima de um ano, a contar da data da proposta ou, ainda, da data da última repactuação.
- 15.2. A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, devidamente comprovada; e o Contratante tem a prerrogativa de, a seu critério, exigir planilha de formação de preços.



- 15.3. O valor do contrato, depois de aplicada a repactuação, deverá estar compatível com o praticado no mercado
- 15.4. Na formação de preços, deve ser levado em consideração a convenção, o acordo ou a sentença normativa do dissídio coletivo de trabalho que estipule o salário da categoria envolvida vigente à época da apresentação da proposta, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipação e de benefícios não previstos originalmente.
- 15.5. Sob nenhuma hipótese ou alegação será concedido reajuste retroativo à data em que legalmente faria jus, se a Contratada não fizer o respectivo pedido de repactuação dentro do primeiro mês do aniversário deste contrato.

16. Obrigações da Contratada

- 16.1. Prestar os serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros para o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF, conforme especificado no projeto básico anexo a este edital, com emprego de profissionais devidamente qualificados e habilitados para o desempenho das atividades inerentes ao cargo, obedecendo rigorosamente as exigências de todos os itens lá estabelecidos, sob pena de a CONTRATADA acarretar as devidas penalidades estabelecida neste edital, no caso de mora ou inadimplemento de quaisquer das suas obrigações.
- 16.2. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;
- 16.3. Efetuar o pagamento da remuneração dos empregados de acordo com a convenção coletiva da categoria, quando cabível, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais devidos, decorrentes da contratação.
- 16.4. Indicar um representante, sem ônus para o TST, que atuará como Gestor Técnico Administrativo do Contrato.
- 16.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 16.6. Fornecer à fiscalização a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, com o respectivo endereço residencial;



- 16.7. Fornecer o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las à comissão incumbida da fiscalização do contrato;
- 16.8. Qualquer alteração no quadro de funcionários deverá ser solicitada, previamente, por escrito, à fiscalização do TST;
- 16.9. A CONTRATADA cumprirá as instruções complementares da fiscalização, quanto à execução e horário de realização dos serviços e quanto à permanência e circulação de pessoas nos prédios administrativos do TST.
- 16.10. Outras obrigações constantes do projeto básico e da minuta de contrato em anexo.
- 16.11. A CONTRATADA não será responsável:
 - 16.11.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
 - 16.11.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.12. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
 - 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do TST.
 - 17.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.
 - 17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
 - 17.1.4. Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato e do Projeto Básico.

18. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 18.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TST, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão :
 - 18.1.1. Advertência;
 - 18.1.2. Multa;



- 18.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;
- 18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.2. Eventuais faltas de funcionários não cobertas pela contratada em até uma hora após o início dos seus respectivos expedientes, implicará multa no valor de 1% (um por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total da fatura mensal correspondente, até o limite de 30% (trinta por cento) dessa mesma fatura.
- 18.3. O atraso ou descumprimento de qualquer obrigação contratual implicará multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso ou ocorrência, conforme o caso, calculada sobre o valor total anual do contrato correspondente, até o limite de 3% (três por cento) desse mesmo valor.
- 18.3.1. O atraso ou descumprimento injustificado de dever obrigacional por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 18.1.3 e 18.1.4 do edital, como também a inexecução total do contrato.
- 18.4. O descumprimento do prazo para assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o TST por período de até 5(cinco) anos, a critério da Administração do TST.
- 18.5. As multas a que se referem os itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 18.6. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do decreto 5450/2005.
- 18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.8. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre



por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

18.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

18.10. Sempre que não houver prejuízo, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do TST.

19. Generalidades

19.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48.

19.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

19.3. Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.

19.4. **Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.**

19.5. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto à Serviço de Licitações e Contratos, exclusivamente através do endereço eletrônico cpl@tst.gov.br.

19.6. Esta licitação poderá ser acompanhada através dos sítios www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br, locais onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Brasília, 11 de abril de 2006.

Luiz Maurício Penna da Costa
Pregoeiro



ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO, ABANDONO DE EDIFICAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E OUTROS PARA AS DEPENDÊNCIAS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

I. DISCRIMINAÇÃO DO POSTO DE BRIGADISTA*			
Unidade	Horário	Dias da semana	Número de postos
A proposta foi elaborada com base no Salário Normativo de R\$ _____, (_____), pertinente à categoria de brigadista, homologado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em ____/____/____.			
* Deverá ser entregue uma planilha para cada um dos tipos de posto de Brigadista e Chefe de Brigada.			

II – MÃO DE OBRA	
REMUNERAÇÃO*	
01 - Salário dos Brigadistas/Chefes de Brigada	(____%)R\$ _____
02 – Hora extra	(____%)R\$ _____
03 – Adicional noturno	(____%)R\$ _____
04 – Adicional (periculosidade/insalubridade)	(____%)R\$ _____
05 – Outros (especificar)	(____%)R\$ _____
<i>* A inclusão destes itens na composição da Remuneração dependerá das peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, e do Posto em questão.</i>	
VALOR DA REMUNERAÇÃO: R\$ _____ (_____)	
VALOR DA RESERVA TÉCNICA: R\$ _____ (_____)	

III. ENCARGOS SOCIAIS: incidentes sobre o valor da Remuneração + Reserva Técnica		
Grupo “A”:		
01 – INSS	(____%)	R\$ _____
02 – Sesi ou Sesc	(____%)	R\$ _____
03 – SENAI ou SENAC	(____%)	R\$ _____
04 – INCRA	(____%)	R\$ _____
05 – Salário educação	(____%)	R\$ _____
06 – FGTS	(____%)	R\$ _____
07 – Seguro acidente do trabalho/SAT/INSS	(____%)	R\$ _____
08 – SEBRAE	(____%)	R\$ _____
Grupo “B”:		
09 – Férias	(____%)	R\$ _____
10 – Auxílio doença	(____%)	R\$ _____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Pregão 020/2006 - Pág. 22
Versão 11/04/06 11:32

11 – Licença paternidade/maternidade	(____%)	R\$ _____,____
12 – Faltas legais	(____%)	R\$ _____,____
13 – Acidente de trabalho	(____%)	R\$ _____,____
14 – Aviso prévio	(____%)	R\$ _____,____
15 – 13º salário	(____%)	R\$ _____,____

Grupo “C”:

16 – Aviso prévio indenizado	(____%)	R\$ _____,____
17 – Indenização adicional	(____%)	R\$ _____,____
18 – Indenização (rescisões sem justa causa)	(____%)	R\$ _____,____

Grupo “D”:

19 – Incidência dos encargos do grupo “A” sobre os itens do grupo “B”	(____%)	R\$ _____,____
--	---------	----------------

Grupo “E”:

20 – Incidência dos encargos do grupo “A”, exceto o item 06, sobre os itens 16 e 17	(____%)	R\$ _____,____
--	---------	----------------

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS:

R\$ _____,____ (____%)

VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais):

R\$ _____,____ (____%)

IV – INSUMOS *

01 - uniforme	(____%)R\$
02 – equipamentos	(____%)R\$
03 - vale-alimentação	(____%)R\$
04 - vale-transporte	(____%)R\$
05 - manutenção e depreciação de equipamentos	(____%)R\$
06 - treinamento e/ou reciclagem de pessoal	(____%)R\$
07 - seguro de vida em grupo	(____%)R\$
08 - outros (especificar)	(____%)R\$

*** A inclusão destes itens na composição dos Insumos dependerá das peculiaridades de cada contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.**

VALOR DOS INSUMOS:

R\$ _____,____ (____%)

Sobre a composição dos insumos incidirá o mesmo percentual da Reserva Técnica.

V - DEMAIS COMPONENTES

01 - Despesas Administrativas/Operacionais (____%)
R\$ _____,____ (____%)
02 - Lucro (____%)
R\$ _____,____ (____%)

VALOR DOS DEMAIS COMPONENTES (01+02)



R\$ _____, ____ (_____)

VI - TRIBUTOS (ISSQN + COFINS + PIS + C.SOCIAL + IRPJ + Outros) (____ %)

a) $\text{TRIBUTOS (\%)} = \frac{T_o}{100}$

b) $(\text{Mão-de-obra} + \text{Insumos} + \text{Demais componentes}) = P_o$

c) $P_o / (1 - T_o) = P_1$

VALOR DOS TRIBUTOS $(P_1 - P_o) =$

R\$ _____, ____ (_____)

VII - PREÇO MENSAL DO POSTO: * (MÃO-DE-OBRA + INSUMOS + DEMAIS COMPONENTES + TRIBUTOS)

R\$ _____, ____ (_____)

* Para inserção no Quadro I – VALOR MENSAL TOTAL DOS SERVIÇOS

**VIII. PREÇO MENSAL DO POSTO COM MENOR NÚMERO DE DIAS TRABALHADOS
(Quando for o caso)**

$\text{PREÇO MENSAL DO POSTO} = D \times N \times 4,346$

D = $\frac{\text{Preço Mensal do Posto}}{30,417}$ (Posto de Segunda a Domingo)

ou

D = $\frac{\text{Preço Mensal do Posto}}{21,726}$ (Posto de Segunda a Sexta)

N = número de dias trabalhados por semana

4,346 - número de semanas por mês

Quadro I - VALOR MENSAL TOTAL DOS SERVIÇOS¹

POSTOS DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO R\$	Nº DE POSTOS	SUBTOTAL
Brigadista – 44 horas semanais		16	
Brigadista – Escala 12x36 horas – diurnas		1	
Brigadista – Escala 12x36 horas – noturnas			

¹ Utilizar apenas um para a totalidade dos serviços propostos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Pregão 020/2006 - Pág. 24
Versão 11/04/06 11:32

		1	
Chefe de Brigada – Escala 12x36 horas – diurnas		1	
Chefe de Brigada – Escala 12x36 horas – noturnas		1	
Preço Global Mensal dos serviços			
Preço Anual dos serviços			



ANEXO II

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União – 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida **obrigatoriamente** pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) *são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados*".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter **excepcional** e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandise* é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à **UNIÃO** embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higiene do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, *caput* e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."



20. RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A **UNIÃO** abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de **cooperativas de mão-de-obra**, para a prestação de serviços quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de **subordinação**, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

21. – Serviços de limpeza;
22. – Serviços de conservação;
23. – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
24. – Serviços de recepção;
25. – Serviços de copeiragem;
26. – Serviços de reprografia;
27. – Serviços de telefonia;
28. – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
29. – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
30. – Serviços de auxiliar de escritório;
31. – Serviços de auxiliar administrativo;
32. – Serviços de office boy (contínuo);
33. – Serviços de digitação;
34. – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
35. – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
36. – Serviços de ascensorista;
37. – Serviços de enfermagem;
38. – Serviços de agentes comunitários de saúde;

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no *caput*.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados) que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A **UNIÃO** obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.



Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela **Cláusula Primeira** deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A **UNIÃO** obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da **Cláusula Primeira**, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no *caput*, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a **UNIÃO**, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A **UNIÃO** se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao **Departamento de Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a **UNIÃO** e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à **UNIÃO**, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, *caput*, da CLT.

Brasília, de maio de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO
Procurador-Geral do Trabalho

GUIOMAR RECHIA GOMES
Vice-Procuradora-Geral do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Pregão 020/2006 - Pág. 28
Versão 11/04/06 11:32

BRASILINO SANTOS RAMOS
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA M. DE OLIVEIRA BETTERO
Sub-Procuradora-Regional da União
– 1ª Região

MÁRIO LUIZ GUERREIRO
Advogado da União



Tribunal Superior do Trabalho

TERMO DE REFERÊNCIA

(PROJETO BÁSICO)

1. DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO
1	SERVIÇO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO, ABANDONO DE EDIFICAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E OUTROS.
CATSERV: 13404	

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo na área de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros e desenvolvimento de política prevencionista de segurança contra incêndio para as edificações do Tribunal Superior do Trabalho, com o emprego de Bombeiros Particulares, aqui denominados Brigadistas, com base no piso salarial da Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal - SINDESV/DF e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal - SINDESP/DF, conforme especificações gerais abaixo:

ITEM	POSTOS DE TRABALHO	QUANTIDADE DE POSTOS	BRIGADISTAS POR DIA	TOTAL DE BRIGADISTAS
1	Brigadista 44 horas semanais	16	16	16
2	Brigadista - Escala 12x36 horas diurnas	1	2	4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

2

3	Brigadista - Escala 12x36 horas noturnas	1	2	4
4	Chefe de Brigada - Escala 12x36 horas diurnas	1	1	2
5	Chefe de Brigada - Escala 12x36 horas noturnas	1	1	2
Total		20	22	28

Os serviços serão prestados de acordo com os horários e distribuição de postos a serem estabelecidos pelo CONTRATANTE, que poderá alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atender demandas aos sábados, domingos e feriados, em exclusivo objeto de serviço.

2. DA VIGÊNCIA

A vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo e por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS

3.1. Os brigadistas, bem assim os chefes de brigada deverão possuir as seguintes qualificações:

- 3.1.1. Ensino Médio completo;
- 3.1.2. Boa apresentação pessoal;
- 3.1.3. Formação em curso específico em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da legislação vigente;
- 3.1.4. Condicionamento físico compatível com o exercício das atividades; e



- 3.1.5. Capacidade de comunicar-se com fluência, desenvoltura e cordialidade.

4. DO FORNECIMENTO DE UNIFORMES

A CONTRATADA deverá fornecer, de 6 em 6 meses, aos prestadores de serviço, inclusive chefes de brigada, uniformes conforme a descrição constante no Anexo I, submetendo-os previamente à aprovação do CONTRATANTE, sendo os primeiros entregues quando do início do contrato, resguardado o direito do CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Cabe ao CONTRATANTE:

- 5.1.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 5.1.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que os empregados da CONTRATADA, executores dos serviços, solicitarem para o desenvolvimento dos trabalhos;
- 5.1.3. Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados;
- 5.1.4. Fiscalizar o controle de assiduidade e pontualidade dos empregados da CONTRATADA;
- 5.1.5. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente;
- 5.1.6. Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais;



- 5.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no contrato; e
- 5.1.8. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas neste projeto.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cabe à **CONTRATADA**:

- 6.1.1. Iniciar as atividades objeto deste projeto até 2 dias após assinatura do contrato, prestando os serviços de acordo com a legislação vigente (**regulamentação atual Portaria nº 52/2000-CBMDF, Norma Técnica nº 007/2000-CBMDF**);
- 6.1.2. Estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, submetendo-os a exames médicos e de PERFIL PSICOLÓGICO compatível ao exigido para o desempenho das atividades objeto do contrato, exigir certidões de "nada consta" criminal, bem como conhecimentos teóricos e práticos afetos à categoria profissional e aos requisitos básicos estabelecidos neste projeto;
- 6.1.3. Empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem assim a carga horária semanal da categoria profissional de acordo com a legislação vigente;
- 6.1.4. Apresentar à Administração do CONTRATANTE fichas dos profissionais a serem alocados nos respectivos postos de trabalho, que deverão estar sempre atualizadas e acondicionadas em pastas suspensas, contendo todas as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

5

identificações dos funcionários: foto, tipo sanguíneo/fator Rh, endereço/telefone residencial; comprovação de formação específica do profissional, mediante cópia autenticada do certificado do curso de formação;

- 6.1.5. Possuir em seu quadro funcional um supervisor de brigada, que deverá ser oficial do CBMDF da reserva remunerada ou engenheiro de segurança do trabalho, conforme requisitos estabelecidos na Norma Técnica Nº 007/2000-CBMDF;
- 6.1.6. Apresentar ao CONTRATANTE, 10 dias após a assinatura do contrato, Plano de Combate e Abandono - PCA, elaborado pelo supervisor de brigada, que deverá ser aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, conforme estabelecido na legislação vigente;
- 6.1.7. Manter sigilo sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 6.1.8. Assumir, com exclusividade, as obrigações pecuniárias, trabalhistas e previdenciárias advindas da prestação dos serviços;
- 6.1.9. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, permitindo à fiscalização do Tribunal Superior do Trabalho acesso aos respectivos dados;
- 6.1.10. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de suas chefias;



- 6.1.11. Manter o pessoal, quando em serviço, devidamente uniformizado e identificado;
- 6.1.12. Fornecer crachá de identificação para os seus funcionários, conforme modelo utilizado pelo CONTRATANTE, arcando com o ônus da aquisição;
- 6.1.13. Fornecer ao CONTRATANTE cópias das folhas de pagamento, dos contracheques e dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, juntamente com a fatura de cada mês;
- 6.1.14. Pagar, incondicionalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia do mês, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondente ao mês seguinte;
- 6.1.15. Manter no TST o material previsto no Anexo II, zelando por seu efetivo uso durante a prestação dos serviços, renovando-os sempre que a boa apresentação individual ou eficiência estiverem comprometidas, bem como fornecer a cada funcionário quaisquer outros materiais necessários à execução dos serviços, inclusive material de consumo (caneta, lápis, papel, livros, copo descartável, etc.);
- 6.1.16. Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE;
- 6.1.17. Acatar a fiscalização do serviço contratado, levado a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim pelo CONTRATANTE e atender às solicitações imediatamente;
- 6.1.18. Fiscalizar a limpeza e a organização dos vestiários de uso dos profissionais alocados nos postos de trabalho, aplicando, sempre que necessário, as penalidades cabíveis aos profissionais que não atenderem as



orientações;

- 6.1.19. Arcar com todas as despesas decorrentes de quaisquer prejuízos, ocasionados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelo pessoal empregado na execução dos serviços contratados, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no projeto;
- 6.1.20. Conservar e reparar as instalações do CONTRATANTE disponibilizadas para uso dos seus empregados;
- 6.1.21. Não permitir a utilização dos telefones do CONTRATANTE, sob sua responsabilidade, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço;
- 6.1.22. Será deduzido da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos telefônicos do TST, quando comprovadamente feito por empregado da CONTRATADA;
- 6.1.23. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando o serviço;
- 6.1.24. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 6.1.25. Manter na empresa reserva técnica de pessoal capacitado, treinado, uniformizado e em conformidade com as peculiaridades do CONTRATANTE, para substituição imediata de seus empregados em caso de falta, folga, férias ou outros;
- 6.1.26. Substituir os empregados de forma diligente, inquestionável e imediata, sempre que for exigido pelo CONTRATANTE, cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

8

insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços;

- 6.1.27. Ficam vedadas as coberturas de licenças, dispensas, suspensão ou férias por profissionais substituídos anteriormente a pedido do TST;
- 6.1.28. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo CONTRATANTE, os vínculos empregatícios de seus funcionários;
- 6.1.29. Disponibilizar armários guarda-roupas para uso dos seus empregados, no local definido pelo CONTRATANTE;
- 6.1.30. Indicar ao CONTRATANTE o nome de seu preposto, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666/93, para a resolução de problemas e manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las à Fiscalização do presente objeto;
- 6.1.31. Dar conhecimento prévio à fiscalização do CONTRATANTE, das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias;
- 6.1.32. Fornecer equipamentos de radiocomunicação e respectivos acessórios, inclusive fones de ouvido com microfone e PTT, para os seus empregados, nos postos de serviço, bem assim à fiscalização do Tribunal Superior do Trabalho, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção;
- 6.1.33. Identificar todos os materiais e equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- 6.1.34. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;



- 6.1.35. Alocar profissionais nos postos de trabalho de chefia devidamente treinados, com capacidade de liderança, responsabilidade da função, atendimento de pessoas, motivação de equipe, identificação de riscos em geral e outros necessários à capacitação profissional de chefe;
 - 6.1.36. Durante a execução do contrato, se constatado que os materiais e equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, a CONTRATADA deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 24h, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do CONTRATANTE;
 - 6.1.37. Proporcionar aos empregados a participação em cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, nos termos da legislação vigente, sem que isso implique em ônus para o CONTRATANTE; e
 - 6.1.38. Adotar as condutas necessárias ao atendimento de todas as demandas relacionadas ao objeto do contrato e à legislação vigente.
- 6.2. A **CONTRATADA** deverá, ainda, orientar seus empregados no sentido de:
- 6.2.1. **CHEFE DE BRIGADA:**
 - 6.2.1.1. Ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;
 - 6.2.1.2. Coordenar e fiscalizar as atividades de BRIGADA, objetivando o bom andamento dos serviços;
 - 6.2.1.3. Cuidar da disciplina;
 - 6.2.1.4. Controlar a frequência e verificar a apresentação individual dos BRIGADISTAS, inclusive no que diz respeito à higiene pessoal (barba, cabelo, unhas, etc);



- 6.2.1.5. Evitar confronto, de qualquer natureza, entre os profissionais alocados nos postos de trabalho de BRIGADA e servidores ou visitantes do Tribunal, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com a fiscalização do CONTRATANTE;
- 6.2.1.6. Conhecer as missões de cada posto de trabalho, de acordo com as orientações do preposto e da fiscalização do CONTRATANTE;
- 6.2.1.7. Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais alocados em outros postos, a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
- 6.2.1.8. Não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;
- 6.2.1.9. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergências, ou quando devidamente autorizado;
- 6.2.1.10. Levar ao conhecimento da fiscalização, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 6.2.1.11. Não permitir que profissionais da CONTRATADA entrem ou saiam das dependências do CONTRATANTE por locais que não aqueles previamente determinados;
- 6.2.1.12. Fornecer aos empregados da CONTRATADA constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- 6.2.1.13. Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior;
- 6.2.1.14. Estar à disposição dos profissionais alocados nos



postos de trabalho, sempre que necessário, visando resolver os problemas relativos ao trabalho;

- 6.2.1.15. Ficar atento à qualidade do atendimento dos BRIGADISTAS;
- 6.2.1.16. Inspecionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos BRIGADISTAS;
- 6.2.1.17. Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
- 6.2.1.18. Prestar todos os esclarecimentos, relacionados ao serviço, que lhe forem solicitados;
- 6.2.1.19. Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las; e
- 6.2.1.20. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

6.2.2. BRIGADISTA:

- 6.2.2.1. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho;
- 6.2.2.2. Realizar atividades relacionadas ao objeto do contrato e/ou inerente à categoria profissional;
- 6.2.2.3. Apresentar-se devidamente uniformizado, asseado, barbeado, unhas e cabelos cortados;
- 6.2.2.4. Proibir qualquer aglomerado de pessoas no posto, comunicando o fato à chefia, no caso de desobediência;
- 6.2.2.5. Executar a(s) ronda(s) diária(s), verificando todas as dependências e instalações do CONTRATANTE, salvo as áreas reservadas e que necessitem de autorização prévia para o acesso, adotando, quando requeridas, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;
- 6.2.2.6. Assumir o posto de posse dos acessórios necessários



para o bom desempenho do trabalho;

- 6.2.2.7. Receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- 6.2.2.8. Conhecer as missões do(s) posto(s) que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos (HT, telefone, etc.) colocados à sua disposição para o serviço;
- 6.2.2.9. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 6.2.2.10. Não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;
- 6.2.2.11. Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- 6.2.2.12. Manter o devido zelo com todo o patrimônio colocado a sua disposição para o serviço;
- 6.2.2.13. Levar ao conhecimento do Chefe de Brigada, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 6.2.2.14. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando imediata remessa ao Chefe de Brigada, com o devido registro;
- 6.2.2.15. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- 6.2.2.16. Utilizar adequadamente os equipamentos disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;



- 6.2.2.17. Não participar, no âmbito do CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas; e
- 6.2.2.18. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

7. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. Os serviços constantes neste projeto serão fiscalizados por servidor ou comissão de servidores do CONTRATANTE, doravante denominados Fiscalização, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual;
- 7.2. Mensalmente, por ocasião do atesto dos serviços prestados, a unidade gestora promoverá rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços, e providenciará o pagamento da fatura apenas após a CONTRATADA comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas;

8. DAS PENALIDADES

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas à CONTRATADA serão as abaixo relacionadas, de acordo com o estabelecido no contrato:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



9. DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Projeto Básico.

ANEXO I

UNIFORMES

QTDE	DESCRIÇÃO
2	<p>Blusa na cor amarela, manga longa em tecido Solassol, sem trespasse, com botões amarelos; dois bolsos de 120mm x 240mm na parte da frente, altura do peito, com pestanas de 60mm de largura cada e fecho em velcro;</p> <p>Gola tipo blusão com botão de 15mm;</p> <p>Mangas de punho com 70mm de altura, ligeiramente apertada, com velcro nas extremidades, de maneira que permita ajuste completo;</p> <p>Distintivo da empresa em logomarca na lateral da manga direita;</p> <p>Um distintivo ou brevê de curso de especialização poderá ser usado na lateral da manga esquerda relativo à ação brigadista reconhecido pelo CBMDF e empresa prestadora de serviços.</p>
2	<p>Calça amarela em solassol, dois bolsos frontais aplicados externamente, vertical lisa, de largura média de 50mm acima dos joelhos com 250mm de altura e 210mm de largura, pestanas de pontas curvas de 70mm de largura, com fecho em velcro;</p> <p>Cós com cinco presilhas de 55mm de altura por 60mm de largura dispostas na frente, nos lados e atrás, para receberem o cinto;</p> <p>Bainha lisa usada sobre o coturno.</p>
1	Cinto vermelho com ferragem branca, sem brasão.
4	<p>Camiseta amarela, gola em oval, distintivo no peito do lado esquerdo e nome bordado em letras pretas,</p> <p>Escrito em bordado costal (BOMBEIRO PARTICULAR) em formato de parábola acima "BOMBEIRO" e abaixo "PARTICULAR" reto, toda escrita com letras de 50mm.</p>
4	Pares de meias na cor preta – composição: 78% Algodão, 21% Poliamida e 1% outras fibras.
1	Coturno preto.

ANEXO II

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

1) MATERIAL DE PRIMEIROS SOCORROS

QUANT	DESCRIÇÃO
02 un	Estetoscópio para auscultação, olivas em plástico resistente, com acabamento sem rebarbas, conjunto bi-auricular em metal cromado, resistente e flexível, na curvatura do tubo em "Y".
01 un	Aparelho de pressão digital, com inflagem manual, indicação para pressão arterial e batimentos cardíacos, com bateria sobressalente.
01 un	Tesoura sem ponta, reta, confeccionada em aço inox, medindo 10cm de comprimento.
01 un	Tesoura cirúrgica com ponta aguda, reta, confeccionada em aço inox, medindo 15cm de comprimento.
02 un	Termômetro clínico digital, com beep sonoro, visor grande, desligamento automático.
02 un	Reanimador manual adulto (Ambu), em silicone, composto de máscara e bolsa reservatório de oxigênio, resistente a métodos de desinfecção e esterilização, acondicionado em bolsa, fechada com zíper.
01 un	Colete de imobilização tipo Ked, em material tipo nylon, que ofereça imobilização total, desde a cabeça até a região da cintura pélvica, devendo ter 3 tirantes em cores diferentes (verde, amarela e vermelha) para imobilização do tórax, e 2 para fixação da testa e queixo, com almofada para apoio da cabeça, acondicionando em sacola própria para o transporte.
01 un p/ cada tam	Jogo de Cânula de Guedell, tamanhos de 0 a 5, confeccionada em PVC transparente, esterilizada.
02 un	Colar cervical, confeccionado em polipropileno, sem emendas, nem presença de metais condutivos, apresentando baixo peso e propriedade radioaluminiscentes, suporte adaptável a qualquer forma e tamanho de mandíbula, com aberturas laterais que permitem maior conforto e ventilação ao paciente.
10 un	Lençol plástico enxuto com forro (solteiro), medida 1,00x1,40.
04 un de cada tam	Conjunto de talas moldáveis, confeccionado em material metálico recoberto por espuma e envolvido em plástico transparente que permita lavagem e moldagem de acordo com a lesão, devendo vir em 3 tamanhos: 15", 36" e 54" e todas com 3" de largura.
02 cx	Caixa com 150 unidades de hastes flexíveis de plástico ou polipropileno, com algodão firmemente aderido nas pontas, medindo de 7 a 8 centímetros.
02 un	Atadura elástica de 10cm x 4,5m, com acabamento especial para aumento da durabilidade, da pressão do enfaixamento, com ótimo nível de estiramento.

10 un p/cada tam	Atadura de crepe, de 6cm x 3m, 10cm x 4,5m, 15cm x 4,5m, cor natural, com 13 fios, constituído de fios de algodão cru, bordas devidamente acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos.
30 pct	Pacote com 10 unidades de gaze esterilizada, medindo 7,5 x 7,5cm, 13 fios, com 8 dobras, confeccionada com fios 100% algodão hidrófilo.
03 un	Esparadrapo impermeável, confeccionado em tecido apropriado, cor branca, medindo 2,5cm x 4,5m, com flexibilidade suficiente para adaptar-se às dobras da pele sem que ocorra excessiva pressão ou fácil desprendimento, remoção sem deixar resíduos ou manchas na superfície, enrolado em carretel plástico.
02 cx	Caixa com 100 unidades de luva de látex para procedimento hospitalar, descartável, ambidestra, punhos longos, com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência, tamanho médio.
01 cx	Máscara cirúrgica descartável, formato retangular, com elástico, de polipropileno, cor branca. Caixa com 50 unidades.
01 cx de cada tam	Caixa com 30 unidades de curativo microporoso, que permite respiração da pele, evaporação de suor e umidade, mantendo a pele seca e fresca, resistente à água. Tamanhos: 19mm x 75mm, 15mm x 57mm, 9mm x 38mm.
01 litro	Água oxigenada 10 volumes, embalada em frasco contendo 1000ml.
01 litro	Tintura de iodo a 2%, embalagem em frasco contendo 1000ml.
01 rolo	Algodão hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo, com aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca, peso líquido de 500 gramas.
02 litros	Álcool etílico a 70% P/V, para superfícies fixas, anti-sepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000ml.
10 un	Solução ringer lactato em embalagens plásticas de 500ml.
10 un	Soro fisiológico de 0,9%, em embalagem plástica de 500ml.

01 pct	Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14cm de comprimento, 1,4cm de largura, 0,5mm de espessura, pacote com 100 peças.
01 un	Cabo de bisturi nº 3, para lâmina nº 15, confeccionado em aço inox, embalado individualmente em plástico.
04 un	Lâmina para bisturi nº 15, esterilizada, em aço carbono, com inibidor de corrosão, que permita realização de cortes suaves.
01 un	Pinça mosquito curva, em aço inox, medindo 12cm de comprimento.
01 un	Pinça anatômica, em aço inox, medindo 14cm de comprimento.
01 un	Bomba vácuo aspiradora/sugadora de sangue e secreção, portátil, para pequenas cirurgias e retirada de líquidos do pulmão, com frasco coletor com capacidade de 1 litro equipado com válvula de segurança, com 3 cânulas semi curvas e 1,5m de tubo plástico.
05 un	Tala para dedo em martelo, com fio de aço inoxidável, apoios de plástico e velcro.
05 un	Óculos de proteção individual para operações de trabalho sujeitas a partículas e poeiras como lixamento, pintura, serralheria, corte de metais.
03 un	Óculos de proteção individual contra excessiva luminosidade.
01 un	Maleta de emergência para transporte dos materiais, confeccionada em nylon resistente, estofada, nas cores padrão azul ou laranja.
02 un	Prancha de compensado naval rígido, para utilização em situações adversas, de 15mm de espessura mínima, com acabamento em verniz ou fórmica, medindo de 1,75 a 1,80m x 45 a 47cm, com 3 tirantes de 3 metros para imobilização do tórax, abdome e das pernas, com fivelas de soltura rápida; velcro com largura mínima de 5cm, acompanhando a prancha, tirantes com velcro para a fixação da cabeça. Não podem apresentar materiais presos à madeira que inibam a transparência via raios X (pregos, parafusos, etc).
10 un	Cobertor térmico aluminizado que reflete o calor do corpo e mantém o paciente aquecido e seco durante as atividades de pronto atendimento em caso de acidentes. Tamanho: 2,10 x 1,40m.
02 un	Padiola dobrável (1,90m x 0,60cm) com 03 cintos para afixar a vítima à padiola (tórax, quadril e pernas). Confeccionada em matéria-prima de alta qualidade, em lona impermeável resistente e duralumínio, resistência mínima de 159 Kg.

2) MATERIAL DE SEGURANÇA PARA A BRIGADA CONTRA INCÊNDIO

QUANT.	DESCRIÇÃO
01 un	Escada prolongável em fibra de vidro ou em alumínio, medindo 4,8m quando fechada e 8,4 quando aberta. Montantes em perfil tipo U, não condutivos, degraus de alumínio estruturado, fixo à escada por meio de suporte em alumínio, com encaixe prensado. Corrediça de aço estampado, revestida com resina de PVC. Sapata articulável de alumínio, liga com solado de borracha. Catraca com base de aço estampada e gancho de aço forjado. Terminal de polietileno para alinhamento e deslizamento da escada. Suporte de apoio de aço, com tratamento anticorrosivo. Moitão de alumínio - liga, com corda de polipropileno de 3/8", distância entre os degraus de 300mm. Peso aproximado de 29Kg. Número de degraus úteis: 27. Possuir nos montantes externos punhos laterais, rebatíveis, posicionados um de cada lado, altura de 1,5m para facilitar as atividades de armar e desarmar, com comprimento de 16cm quando armado, possuindo encaixe para fixar o punho quando rebatido. Todas as medidas são aproximadas, tolerando-se 10% para mais ou para menos.
01 un	Escada em fibra de vidro ou em alumínio, com pé e 6 degraus emborrachados.
08 un	Freio tipo oito de aço, de uso profissional, confeccionado em aço inox de alta resistência, com orelhas laterais para evitar travamentos acidentais, capacidade mínima de ruptura de 4000Kg, com 41 a 51mm no olhal maior, 35 a 40mm no olhal menor e peso máximo de 480 gramas.
08 un	Protetor auditivo tipo haste, com espumas que vedam o canal auditivo dispensando inserção, haste única e flexível, mantém baixa pressão e se adapta a diferentes cabeças.
01 un	Tesoura para fio energizado (corta fio), com lâminas em aço especial temperado e revestido, em corpo de ferro fundido nodular ferrítico perlítico: dimensões 755mm x 125mm, abertura mínima entre as lâminas de corte de 35mm, peso máximo de 6Kg, com cabo emborrachado à prova de choque elétrico de alta tensão (25000volts).
06 un	Capa de chuva plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor laranja, com capuz e manga comum, botões de pressão em metal ou plástico, com costuras reforçadas nas áreas de maior tensão e comprimento abaixo dos joelhos. Deverá possuir faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos (com dimensão de 2 a 4cm), tamanho extra grande.
02 un	Aparelho multiplicador de força (polia): sistema de polias para redução de força de 4 para 1, confeccionada em alumínio forjado de alta resistência, polia principal dotada de mecanismo blocante com proteção antiderrapante, composto de 45 metros de corda de 11mm, polia móvel simples, polia dupla de 3", estojo de proteção da corda, 3 mosquetões de aço.

02 rolos	Fita zebraada plástica utilizada para isolamento em áreas de acidente nas cores amarela e preta, 07cm x 200m.
40 m	Fita tubular para ancoragem fabricada em polipropileno, seda de nylon e/ou perlon, possuindo no mínimo 20mm de largura e 2mm de espessura, com carga de ruptura de 1200Kg, para serem usados como ponto de ancoragem.
01 un	Grampo com manilha com pino de fixação rosqueável - grampo de manilha tipo moitão confeccionado em aço galvanizado com 3 roldanas, com capacidade para 2000 Kg.
16 un	Mosquetão simétrico confeccionado em aço de alta resistência, com trava em rosca, abertura mínima do portal de 20mm, capacidade mínima de ruptura de 3000 Kg, esta devendo estar impressa no aparelho. Peso máximo de 300 gramas.
01 un	Tesoura para corte de ferro, com lâminas em aço especial temperado e revestido, em corpo de ferro fundido nodular ferrítico perlítico: dimensões 755mm x 125mm, abertura mínima entre as duas lâminas de corte 35mm, peso máximo de 6Kg.
08 pares	Luva para rapel confeccionada em vaqueta de alta qualidade e resistência à abrasão, com costura reforçada cobrindo toda a palma da mão, da parte interna do polegar até a falange proximal do dedo indicador em tecido antichama, devendo possuir regulagem em velcro no punho, não podendo este ser maior que 10 nem menor que 6 centímetros.
01 un	Tapete de borracha para alta tensão com capacidade para 25.000 Volts, com dimensões 50 x 35 x 3,5cm.
04 pares	Luvas de alta tensão confeccionadas em material isolante elétrico para trabalho em locais energizados, punho longo, com resistência mínima de 20.000 volts, para tensão de teste de 20KN e corrente de fuga máxima de 8000 amperes, tensão mínima de perfuração 30KV. Tamanho grande.
06 un	Cadeirinha tipo montanhismo acolchoada na cintura e nas pernas, confeccionada em fitas de nylon, tipo três pontas ou duas pontas com fivela de ajuste importada, cintura e pernas reguláveis, carga de ruptura mínima de 2500 KGF.
500 m	Corda para resgate, estática, de 11,5mm de diâmetro, de poliamida, para trabalho leve (resgate) do tipo A. Carga de ruptura mínima de 3.200 Kg, pesando aproximadamente 78 g/m, com elongação 50/150Kg, máxima de 2,7%. Resistência ao impacto de 100Kg mínimo de número 15, com um número de queda fator 1.

3) MATERIAL DE RONDA E COMUNICAÇÃO

QUANT	DESCRIÇÃO
15 un	Rádio transmissor (HT), 4 canais, níveis de potência ajustáveis, mínimo de 25 Km de alcance na transmissão de um rádio para outro, led de medição de bateria, bateria de níquel, carregador de baterias independente, antena móvel.
15 un	Microfone de lapela para os rádios transmissores
08 un	Lanterna de mão tipo farolete com capacidade de luminosidade de 500.000 velas, com uma bateria selada de 6V/4,2Ah recarregável, com recarregador, carregador veicular e transformador bivolt automático.
02 un	Megafone com potência regulável nominal de 12 e máximo de 18 watts, com 230 x 355mm, 1,6Kg (sem bateria), alcance de 1Km em zona rural e 500m em zona urbana, autonomia de 15 horas, alimentação: 8 pilhas R6.

4) FERRAMENTAS EM GERAL

QUANT	DESCRIÇÃO
01 un	Jogo de alicates: universal 8", corte diagonal 6", alicate ponta média 6".
01 un	Alicate de pressão de 10", mordente em aço cromo vanádio, temperado. Acabamento niquelado. Abertura variável.
01 un	Machado, forjado em aço carbono, lâmina com tratamento térmico especial, que garanta resistência ao desgaste, com cabo de madeira reforçado.
01 jogo	Chave de fenda, nos tamanhos 1/8 x 4", 3/16 x 4" e 1/4 x 5".
01 un	Aparelho tipo croque com gancho na ponta, em fibra de vidro, em três lances montáveis, apresentando comprimento mínimo quando montado de 4 metros, não condutor de eletricidade. Deverá ser fornecido em sacola com três lances com encaixe padrão.
01 jogo	Chave Philips, nos tamanhos 1/4 x 4", 1/4 x 6", 1/8 x 3", 3/16 x 3".
01 jogo	Chave estrela, nos tamanhos 10 x 11, 12 x 13, 14 x 15.
01 un de cada	Marretas de 2Kg e de 5Kg, com base polida, cabo curto de madeira fixado com cunhas metálicas.

01 um	Chave de grifo de 640mm, com corpo em ferro fundido nodular, para instalações e manutenções hidráulicas, com grifo (chave) para tubos regulável.
01 um	Martelo unha polido 25", com cabo de madeira fixado com epóxi.
01 um	Arco de serra fixo de 12".
05 um	Lâmina para arco de serra para arco de serra fixo de 12".
01 um	Talhadeira 19mm, com corpo em aço cromo vanádio. Tratamento térmico diferenciado nas extremidades. Acabamento fosfatizado. Ferramenta mecânica de haste sextavada utilizada para eliminar rebarbas, seccionar arames ou chapas metálicas de pequenas espessuras, abrir sulcos em chapas planas metálicas, em locais de difícil acesso.
01 um	Facão de 18", em aço, com cabo em polipropileno.
01 jogo	Chave de boca, nos tamanhos 8 x 9, 10 x 11, 14 x 15.
01 um	Pé de cabra
01 um	Chave de fenda teste ponta chata, com haste em aço carbono temperado e acabamento niquelado, com cabo injetado em acetato de celulose e circuito através de botão na extremidade do cabo, com lâmpada néon.



**CONTRATO PE-020/2006 - PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONTRA
INCÊNDIO (Processo TST n.º 157.036/2005-
7).**

CONTRATANTE: **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3314-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pelo Diretor-Geral de Coordenação Administrativa, **GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO**.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede no, Brasília, DF, CEP, telefone (61), doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

Este contrato fundamenta-se:

- I - no Pregão Eletrônico n.º 020/2006, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 5.450/2005;
- II - nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a) constem no Processo Administrativo TST n.º 157.036/2005-7;
 - b) não contrariem o interesse público;
- III - nas determinações das Leis n.ºs 8.666/93, 8.078/90 e 9.784/99;
- IV - nos preceitos de direito público;
- V - supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a prestação de serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros e outros, nos termos e condições constantes deste contrato, do edital, do projeto básico e das planilhas de formação de custos em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, prorrogável mediante termo aditivo e por igual período, até o limite de 60 meses, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula única. A prorrogação do contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor total deste contrato é R\$ (.....).

Subcláusula primeira. O valor total mensal deste contrato é R\$ (.....).

Subcláusula segunda. Os preços mensal e total estão discriminados nas planilhas de formação de custos anexas a este contrato.

Subcláusula terceira. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA REPACTUAÇÃO

Será permitida repactuação do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 1 ano, a contar da data da proposta ou, ainda, da data da última repactuação.

Subcláusula primeira. A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, devidamente comprovado, e o Contratante tem a prerrogativa de, a seu critério, exigir planilha de formação de preços.

Subcláusula segunda. O valor do contrato, depois de aplicada a repactuação, deverá estar compatível com o praticado no mercado.

Subcláusula terceira. Na formação de preços, deve ser levada em consideração a convenção, o acordo ou a sentença normativa do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipule o salário da categoria envolvida vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipação e de benefícios não previstos originalmente.



Subcláusula quarta. Sob nenhuma hipótese ou alegação será concedido reajuste retroativo à data em que legalmente faria jus, se a Contratada não fizer o respectivo pedido de repactuação dentro do primeiro mês do aniversário deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por servidor ou comissão composta de, no mínimo, 3 servidores do Contratante, doravante denominados Fiscalização, que terá autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e controle da execução contratual.

Subcláusula primeira. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços contratados, e anexar cópia dos documentos que comprovem essas solicitações de providências aos autos do processo correspondente;
- II - acompanhar a execução dos serviços, atestar mensalmente seu recebimento definitivo e indicar as ocorrências verificadas;
- III - encaminhar à Secretaria Administrativa os documentos que relacionem as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à Contratada.

Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

- I - provisoriamente, imediatamente após efetuada a apresentação da nota fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações técnicas e com a proposta;
- II - definitivamente, após a verificação da conformidade dos serviços, em até 5 dias úteis.



Subcláusula primeira. Os serviços prestados em desacordo com o especificado neste contrato, no edital, no projeto básico ou na proposta da Contratada serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada obriga-se a retificá-los no prazo fixado pela Fiscalização.

Subcláusula segunda. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, em moeda corrente nacional, em até 10 dias úteis após o recebimento definitivo, condicionados à apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

Subcláusula primeira. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

Subcláusula segunda. A Contratada deverá apresentar atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- I -** Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal, art. 195, § 3º;
- II -** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- III -** Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- IV -** Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda;
- V -** prova de quitação da folha de pagamento específica do contrato, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;



- VI - comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do recolhimento individualizado específico do contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- VII - cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, específica do contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;
- VIII - espelho da folha de pagamento específica do contrato;
- IX - comprovantes específicos do contrato de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação.

CLÁUSULA DEZ - DA GARANTIA CONTRATUAL

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, os quais deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

Subcláusula primeira. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual, impreterivelmente, em até 5 dias úteis, contados do recebimento da convocação para assinatura do instrumento contratual, sob pena de ser-lhe imputada multa de 20% do valor total do contrato.

Subcláusula segunda. É de inteira responsabilidade da Contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, cuja liberação está condicionada ao término das obrigações contratuais com o Contratante.

CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, a Contratada se obriga a emendar todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:



- I – prestar os serviços de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros para o Contratante, em Brasília, DF, conforme especificado no projeto básico anexo, com emprego de profissionais devidamente qualificados e habilitados para o desempenho das atividades inerentes ao cargo, obedecendo rigorosamente às exigências de todos os itens lá estabelecidos, sob pena de serem aplicadas as penalidades estabelecidas neste contrato, no caso de mora ou inadimplemento de quaisquer das obrigações pactuadas;
- II – responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm qualquer vínculo empregatício com o Contratante;
- III - efetuar o pagamento da remuneração dos empregados de acordo com a convenção coletiva da categoria, quando cabível, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais devidos, decorrentes da contratação;
- IV - indicar um representante, sem ônus para o Contratante, que atuará como gestor técnico-administrativo do contrato;
- V - responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- VI - fornecer à Fiscalização a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, com o respectivo endereço residencial;
- VII - fornecer o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las à comissão incumbida da fiscalização do contrato;
- VIII - solicitar à Fiscalização, previamente e por escrito, qualquer alteração no quadro de funcionários;
- IX - cumprir as instruções complementares da Fiscalização quanto à execução e horário de realização dos serviços e quanto à permanência e circulação de pessoas nos prédios administrativos do Contratante;
- X - cumprir outras obrigações constantes do projeto básico anexo ou do edital.



Subcláusula primeira. A Contratada não será responsável:

- I - por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- II - por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato, no edital e no projeto básico.

Subcláusula segunda. O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam técnicos, empresas ou quaisquer outros.

CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

- I - proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos funcionários da Contratada às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato;
- II - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- III - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- IV - outras obrigações constantes do edital e do projeto básico anexo.

Subcláusula única. Após a entrega da nota de empenho, o Contratante designará, formalmente, servidores para exercerem a fiscalização da execução contratual, nos termos da cláusula sétima.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas à Contratada:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula primeira. Eventuais faltas de funcionários não cobertas pela Contratada em até 1 hora após o início dos respectivos expedientes implicarão multa de 1% por



ocorrência, calculadas sobre o valor total da fatura mensal correspondente, até o limite de 30% desse valor.

Subcláusula segunda. O atraso ou descumprimento de qualquer obrigação contratual implicará multa correspondente a 0,1% por dia de atraso ou ocorrência, conforme o caso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 3% desse valor.

Subcláusula terceira. O atraso ou descumprimento injustificado de dever obrigacional por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

Subcláusula quarta. Aquele que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e no edital e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005.

Subcláusula quinta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia contratual ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula sexta. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

Subcláusula sétima. Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Subcláusula oitava. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

Subcláusula nona. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.



CLÁUSULA QUATORZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINZE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA DEZENOVE - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.



CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da firma.

Subcláusula quinta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, de de 2006.



CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO, ABANDONO DE EDIFICAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E OUTROS PARA AS DEPENDÊNCIAS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

I. DISCRIMINAÇÃO DO POSTO DE BRIGADISTA*			
Unidade	Horário	Dias da semana	Número de postos
A proposta foi elaborada com base no Salário Normativo de R\$ _____, (_____), pertinente à categoria de brigadista, homologado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em ____/____/____.			
* Deverá ser entregue uma planilha para cada um dos tipos de posto de Brigadista e Chefe de Brigada.			

II. MÃO-DE-OBRA	
REMUNERAÇÃO*	
01 - Salário dos Brigadistas/Chefes de Brigada	(____%)R\$
02 - Hora extra	(____%)R\$
03 - Adicional noturno	(____%)R\$
04 - Adicional (periculosidade/insalubridade)	(____%)R\$
05 - Outros (especificar)	(____%)R\$
<i>* A inclusão destes itens na composição da Remuneração dependerá das peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, e do Posto em questão.</i>	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

12

VALOR DA REMUNERAÇÃO: R\$ _____ (_____)

VALOR DA RESERVA TÉCNICA: R\$ _____ (_____)

III. ENCARGOS SOCIAIS: incidentes sobre o valor da Remuneração + Reserva Técnica

Grupo "A":

01 – INSS	(____%)	R\$ _____
02 – SESI ou SESC	(____%)	R\$ _____
03 – SENAI ou SENAC	(____%)	R\$ _____
04 – INCRA	(____%)	R\$ _____
05 – Salário educação	(____%)	R\$ _____
06 – FGTS	(____%)	R\$ _____
07 – Seguro acidente do trabalho/SAT/INSS	(____%)	R\$ _____
08 – SEBRAE	(____%)	R\$ _____

Grupo "B":

09 – Férias	(____%)	R\$ _____
10 – Auxílio doença	(____%)	R\$ _____
11 – Licença paternidade/maternidade	(____%)	R\$ _____
12 – Faltas legais	(____%)	R\$ _____
13 – Acidente de trabalho	(____%)	R\$ _____
14 – Aviso prévio	(____%)	R\$ _____
15 – 13º salário	(____%)	R\$ _____

Grupo "C":

16 – Aviso prévio indenizado	(____%)	R\$ _____
17 – Indenização adicional	(____%)	R\$ _____
18 – Indenização (rescisões sem justa causa)	(____%)	R\$ _____

Grupo "D":

19 – Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	(____%)	R\$ _____
---	---------	-----------

Grupo "E":

20 – Incidência dos encargos do grupo "A", exceto o item 06, sobre os itens 16 e 17	(____%)	R\$ _____
---	---------	-----------

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS:

R\$ _____ (____%)

VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais):

R\$ _____ (____%)

IV – INSUMOS *



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

13

01 - uniforme	()R\$
02 - equipamentos	()R\$
03 - vale-alimentação	()R\$
04 - vale-transporte	()R\$
05 - manutenção e depreciação de equipamentos	()R\$
06 - treinamento e/ou reciclagem de pessoal	()R\$
07 - seguro de vida em grupo	()R\$
08 - outros (especificar)	()R\$

** A inclusão destes itens na composição dos Insumos dependerá das peculiaridades de cada contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.*

VALOR DOS INSUMOS:
R\$ _____ ()

Sobre a composição dos insumos incidirá o mesmo percentual da Reserva Técnica.

V - DEMAIS COMPONENTES

01 - Despesas Administrativas/Operacionais () %
R\$ _____

02 - **Lucro** () %
R\$ _____

VALOR DOS DEMAIS COMPONENTES (01+02)
R\$ _____

VI - TRIBUTOS (ISSQN + COFINS + PIS + C.SOCIAL + IRPJ + Outros) () %

a) TRIBUTOS (%) = To
100

b) (Mão-de-obra + Insumos + Demais componentes) = Po

c) $Po / (1 - To) = P1$

VALOR DOS TRIBUTOS (P1-Po) =
R\$ _____

VII - PREÇO MENSAL DO POSTO: * (MÃO-DE-OBRA + INSUMOS + DEMAIS COMPONENTES + TRIBUTOS)

R\$ _____

* Para inserção no Quadro I – VALOR MENSAL TOTAL DOS SERVIÇOS

VIII. PREÇO MENSAL DO POSTO COM MENOR NÚMERO DE DIAS TRABALHADOS
(Quando for o caso)

PREÇO MENSAL DO POSTO = D x N x 4,346



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

14

D= <u>Preço Mensal do Posto</u> (Posto de Segunda a Domingo) 30,417
ou
D= <u>Preço Mensal do Posto</u> (Posto de Segunda a Sexta) 21,726
N = número de dias trabalhados por semana
4,346 - número de semanas por mês

Quadro I - VALOR MENSAL TOTAL DOS SERVIÇOS¹

POSTOS DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO R\$	Nº DE POSTOS	SUBTOTAL
Brigadista – 44 horas semanais		16	
Brigadista – Escala 12x36 horas – diurnas		1	
Brigadista – Escala 12x36 horas – noturnas		1	
Chefe de Brigada – Escala 12x36 horas – diurnas		1	
Chefe de Brigada – Escala 12x36 horas – noturnas		1	
Preço Global Mensal dos serviços			
Preço Anual dos serviços			

¹ Utilizar apenas um para a totalidade dos serviços propostos



ANEXO II

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União – 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida **obrigatoriamente** pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) *são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados*".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter **excepcional** e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandise* é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à **UNIÃO** embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, *caput* e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

16

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A **UNIÃO** abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de **cooperativas de mão-de-obra**, para a prestação de serviços quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de **subordinação**, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

1. – Serviços de limpeza;
2. – Serviços de conservação;
3. – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
4. – Serviços de recepção;
5. – Serviços de copeiragem;
6. – Serviços de reprografia;
7. – Serviços de telefonia;
8. – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
9. – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
10. – Serviços de auxiliar de escritório;
11. – Serviços de auxiliar administrativo;
12. – Serviços de office boy (contínuo);
13. – Serviços de digitação;
14. – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
15. – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
16. – Serviços de ascensorista;
17. – Serviços de enfermagem;
18. – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no *caput*.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados) que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A **UNIÃO** obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "l" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

17

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela **Cláusula Primeira** deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A **UNIÃO** obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da **Cláusula Primeira**, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no *caput*, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a **UNIÃO**, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A **UNIÃO** se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao **Departamento de Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a **UNIÃO** e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à **UNIÃO**, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, *caput*, da CLT.

Brasília, de maio de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO
Procurador-Geral do Trabalho

GUIOMAR RECHIA GOMES
Vice-Procuradora-Geral do Trabalho



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

18

BRASILINO SANTOS RAMOS
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA M. DE OLIVEIRA BETTERO
Sub-Procuradora-Regional da União
– 1ª Região

MÁRIO LUIZ GUERREIRO
Advogado da União

Tribunal Superior do Trabalho
TERMO DE REFERÊNCIA
(PROJETO BÁSICO)

1. DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO
1	SERVIÇO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO, ABANDONO DE EDIFICAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E OUTROS.
CATSERV: 13404	

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo na área de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros e desenvolvimento de política preventivista de segurança contra incêndio para as edificações do Tribunal Superior do Trabalho, com o emprego de Bombeiros Particulares, aqui denominados Brigadistas, com base no piso salarial da Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal - SINDESV/DF e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal – SINDESP/DF, conforme especificações gerais abaixo:

ITEM	POSTOS DE TRABALHO	QUANTIDADE DE POSTOS	BRIGADISTAS POR DIA	TOTAL DE BRIGADISTAS
------	--------------------	----------------------	---------------------	----------------------



1	Brigadista 44 horas semanais	16	16	16
2	Brigadista – Escala 12x36 horas diurnas	1	2	4
3	Brigadista – Escala 12x36 horas noturnas	1	2	4
4	Chefe de Brigada – Escala 12x36 horas diurnas	1	1	2
5	Chefe de Brigada – Escala 12x36 horas noturnas	1	1	2
Total		20	22	28

Os serviços serão prestados de acordo com os horários e distribuição de postos a serem estabelecidos pelo CONTRATANTE, que poderá alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atender demandas aos sábados, domingos e feriados, em exclusivo objeto de serviço.

2. DA VIGÊNCIA

A vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo e por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS

3.1. Os brigadistas, bem assim os chefes de brigada deverão possuir as seguintes qualificações:

3.1.1. Ensino Médio completo;

3.1.2. Boa apresentação pessoal;

3.1.3. Formação em curso específico em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da legislação vigente;

3.1.4. Condicionamento físico compatível com o exercício das atividades; e

3.1.5. Capacidade de comunicar-se com fluência, desenvoltura e cordialidade.



4. DO FORNECIMENTO DE UNIFORMES

A CONTRATADA deverá fornecer, de 6 em 6 meses, aos prestadores de serviço, inclusive chefes de brigada, uniformes conforme a descrição constante no Anexo I, submetendo-os previamente à aprovação do CONTRATANTE, sendo os primeiros entregues quando do início do contrato, resguardado o direito do CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Cabe ao CONTRATANTE:

- 5.1.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 5.1.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que os empregados da CONTRATADA, executores dos serviços, solicitarem para o desenvolvimento dos trabalhos;
- 5.1.3. Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados;
- 5.1.4. Fiscalizar o controle de assiduidade e pontualidade dos empregados da CONTRATADA;
- 5.1.5. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente;
- 5.1.6. Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais;
- 5.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no contrato; e
- 5.1.8. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas neste projeto.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cabe à CONTRATADA:



- 6.1.1. Iniciar as atividades objeto deste projeto até 2 dias após assinatura do contrato, prestando os serviços de acordo com a legislação vigente (**regulamentação atual Portaria nº 52/2000-CBMDF, Norma Técnica nº 007/2000-CBMDF**);
- 6.1.2. Estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para a prestação dos serviços, submetendo-os a exames médicos e de PERFIL PSICOLÓGICO compatível ao exigido para o desempenho das atividades objeto do contrato, exigir certidões de “nada consta” criminal, bem como conhecimentos teóricos e práticos afetos à categoria profissional e aos requisitos básicos estabelecidos neste projeto;
- 6.1.3. Empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem assim a carga horária semanal da categoria profissional de acordo com a legislação vigente;
- 6.1.4. Apresentar à Administração do CONTRATANTE fichas dos profissionais a serem alocados nos respectivos postos de trabalho, que deverão estar sempre atualizadas e acondicionadas em pastas suspensas, contendo todas as identificações dos funcionários: foto, tipo sanguíneo/fator Rh, endereço/telefone residencial; comprovação de formação específica do profissional, mediante cópia autenticada do certificado do curso de formação;
- 6.1.5. Possuir em seu quadro funcional um supervisor de brigada, que deverá ser oficial do CBMDF da reserva remunerada ou engenheiro de segurança do trabalho, conforme requisitos estabelecidos na Norma Técnica Nº 007/2000-CBMDF;
- 6.1.6. Apresentar ao CONTRATANTE, 10 dias após a assinatura do contrato, Plano de Combate e Abandono – PCA, elaborado pelo supervisor de brigada, que deverá ser aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, conforme estabelecido na legislação vigente;
- 6.1.7. Manter sigilo sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 6.1.8. Assumir, com exclusividade, as obrigações pecuniárias, trabalhistas e previdenciárias advindas da prestação dos serviços;



- 6.1.9. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, permitindo à fiscalização do Tribunal Superior do Trabalho acesso aos respectivos dados;
- 6.1.10. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de suas chefias;
- 6.1.11. Manter o pessoal, quando em serviço, devidamente uniformizado e identificado;
- 6.1.12. Fornecer crachá de identificação para os seus funcionários, conforme modelo utilizado pelo CONTRATANTE, arcando com o ônus da aquisição;
- 6.1.13. Fornecer ao CONTRATANTE cópias das folhas de pagamento, dos contracheques e dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, juntamente com a fatura de cada mês;
- 6.1.14. Pagar, incondicionalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia do mês, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondente ao mês seguinte;
- 6.1.15. Manter no TST o material previsto no Anexo II, zelando por seu efetivo uso durante a prestação dos serviços, renovando-os sempre que a boa apresentação individual ou eficiência estiverem comprometidas, bem como fornecer a cada funcionário quaisquer outros materiais necessários à execução dos serviços, inclusive material de consumo (caneta, lápis, papel, livros, copo descartável, etc.);
- 6.1.16. Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE;
- 6.1.17. Acatar a fiscalização do serviço contratado, levado a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim pelo CONTRATANTE e atender às solicitações imediatamente;
- 6.1.18. Fiscalizar a limpeza e a organização dos vestiários de uso dos profissionais alocados nos postos de trabalho, aplicando, sempre que necessário, as penalidades cabíveis aos profissionais que não atenderem as orientações;
- 6.1.19. Arcar com todas as despesas decorrentes de quaisquer prejuízos, ocasionados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelo pessoal empregado na execução dos serviços contratados, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no projeto;



- 6.1.20. Conservar e reparar as instalações do CONTRATANTE disponibilizadas para uso dos seus empregados;
- 6.1.21. Não permitir a utilização dos telefones do CONTRATANTE, sob sua responsabilidade, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço;
- 6.1.22. Será deduzido da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos telefônicos do TST, quando comprovadamente feito por empregado da CONTRATADA;
- 6.1.23. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando o serviço;
- 6.1.24. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 6.1.25. Manter na empresa reserva técnica de pessoal capacitado, treinado, uniformizado e em conformidade com as peculiaridades do CONTRATANTE, para substituição imediata de seus empregados em caso de falta, folga, férias ou outros;
- 6.1.26. Substituir os empregados de forma diligente, inquestionável e imediata, sempre que for exigido pelo CONTRATANTE, cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços;
- 6.1.27. Ficam vedadas as coberturas de licenças, dispensas, suspensão ou férias por profissionais substituídos anteriormente a pedido do TST;
- 6.1.28. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo CONTRATANTE, os vínculos empregatícios de seus funcionários;
- 6.1.29. Disponibilizar armários guarda-roupas para uso dos seus empregados, no local definido pelo CONTRATANTE;



- 6.1.30. Indicar ao CONTRATANTE o nome de seu preposto, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666/93, para a resolução de problemas e manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las à Fiscalização do presente objeto;
- 6.1.31. Dar conhecimento prévio à fiscalização do CONTRATANTE, das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias;
- 6.1.32. Fornecer equipamentos de radiocomunicação e respectivos acessórios, inclusive fones de ouvido com microfone e PTT, para os seus empregados, nos postos de serviço, bem assim à fiscalização do Tribunal Superior do Trabalho, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção;
- 6.1.33. Identificar todos os materiais e equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- 6.1.34. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 6.1.35. Alocar profissionais nos postos de trabalho de chefia devidamente treinados, com capacidade de liderança, responsabilidade da função, atendimento de pessoas, motivação de equipe, identificação de riscos em geral e outros necessários à capacitação profissional de chefe;
- 6.1.36. Durante a execução do contrato, se constatado que os materiais e equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, a CONTRATADA deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 24h, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do CONTRATANTE;
- 6.1.37. Proporcionar aos empregados a participação em cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, nos termos da legislação vigente, sem que isso implique em ônus para o CONTRATANTE; e
- 6.1.38. Adotar as condutas necessárias ao atendimento de todas as demandas relacionadas ao objeto do contrato e à legislação vigente.

6.2. A **CONTRATADA** deverá, ainda, orientar seus empregados no sentido de:



6.2.1. CHEFE DE BRIGADA:

- 6.2.1.1. Ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;
- 6.2.1.2. Coordenar e fiscalizar as atividades de BRIGADA, objetivando o bom andamento dos serviços;
- 6.2.1.3. Cuidar da disciplina;
- 6.2.1.4. Controlar a frequência e verificar a apresentação individual dos BRIGADISTAS, inclusive no que diz respeito à higiene pessoal (barba, cabelo, unhas, etc);
- 6.2.1.5. Evitar confronto, de qualquer natureza, entre os profissionais alocados nos postos de trabalho de BRIGADA e servidores ou visitantes do Tribunal, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com a fiscalização do CONTRATANTE;
- 6.2.1.6. Conhecer as missões de cada posto de trabalho, de acordo com as orientações do preposto e da fiscalização do CONTRATANTE;
- 6.2.1.7. Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais alocados em outros postos, a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
- 6.2.1.8. Não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;
- 6.2.1.9. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergências, ou quando devidamente autorizado;
- 6.2.1.10. Levar ao conhecimento da fiscalização, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 6.2.1.11. Não permitir que profissionais da CONTRATADA entrem ou saiam das dependências do CONTRATANTE por locais que não aqueles previamente determinados;
- 6.2.1.12. Fornecer aos empregados da CONTRATADA constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;



- 6.2.1.13. Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior;
- 6.2.1.14. Estar à disposição dos profissionais alocados nos postos de trabalho, sempre que necessário, visando resolver os problemas relativos ao trabalho;
- 6.2.1.15. Ficar atento à qualidade do atendimento dos BRIGADISTAS;
- 6.2.1.16. Inspeccionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos BRIGADISTAS;
- 6.2.1.17. Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
- 6.2.1.18. Prestar todos os esclarecimentos, relacionados ao serviço, que lhe forem solicitados;
- 6.2.1.19. Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las; e
- 6.2.1.20. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

6.2.2. BRIGADISTA:

- 6.2.2.1. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho;
- 6.2.2.2. Realizar atividades relacionadas ao objeto do contrato e/ou inerente à categoria profissional;
- 6.2.2.3. Apresentar-se devidamente uniformizado, asseado, barbeado, unhas e cabelos cortados;
- 6.2.2.4. Proibir qualquer aglomerado de pessoas no posto, comunicando o fato à chefia, no caso de desobediência;
- 6.2.2.5. Executar a(s) ronda(s) diária(s), verificando todas as dependências e instalações do CONTRATANTE, salvo as áreas reservadas e que necessitem de autorização prévia para o acesso, adotando, quando requeridas, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;
- 6.2.2.6. Assumir o posto de posse dos acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 6.2.2.7. Receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- 6.2.2.8. Conhecer as missões do(s) posto(s) que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos (HT, telefone, etc.) colocados à sua disposição para o serviço;



- 6.2.2.9. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 6.2.2.10. Não abordar autoridades ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da comissão de fiscalização;
- 6.2.2.11. Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- 6.2.2.12. Manter o devido zelo com todo o patrimônio colocado a sua disposição para o serviço;
- 6.2.2.13. Levar ao conhecimento do Chefe de Brigada, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 6.2.2.14. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando imediata remessa ao Chefe de Brigada, com o devido registro;
- 6.2.2.15. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- 6.2.2.16. Utilizar adequadamente os equipamentos disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
- 6.2.2.17. Não participar, no âmbito do CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas; e
- 6.2.2.18. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

7. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. Os serviços constantes neste projeto serão fiscalizados por servidor ou comissão de servidores do CONTRATANTE, doravante denominados Fiscalização, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual;
- 7.2. Mensalmente, por ocasião do atesto dos serviços prestados, a unidade gestora promoverá rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços, e



providenciará o pagamento da fatura apenas após a CONTRATADA comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas;

8. DAS PENALIDADES

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas à CONTRATADA serão as abaixo relacionadas, de acordo com o estabelecido no contrato:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Projeto Básico.

ANEXO I

UNIFORMES

QTDE	DESCRIÇÃO
2	<p>Blusa na cor amarela, manga longa em tecido Solassol, sem trespasse, com botões amarelos; dois bolsos de 120mm x 240mm na parte da frente, altura do peito, com pestanas de 60mm de largura cada e fecho em velcro;</p> <p>Gola tipo blusão com botão de 15mm;</p> <p>Mangas de punho com 70mm de altura, ligeiramente apertada, com velcro nas extremidades, de maneira que permita ajuste completo;</p> <p>Distintivo da empresa em logomarca na lateral da manga direita;</p> <p>Um distintivo ou brevê de curso de especialização poderá ser usado na lateral da manga esquerda relativo à ação brigadista reconhecido pelo CBMDF e empresa prestadora de serviços.</p>
2	<p>Calça amarela em solassol, dois bolsos frontais aplicados externamente, vertical lisa, de largura média de 50mm acima dos joelhos com 250mm de altura e 210mm de largura, pestanas de pontas curvas de 70mm de largura, com fecho em velcro;</p> <p>Cós com cinco presilhas de 55mm de altura por 60mm de largura dispostas na frente, nos lados e atrás, para receberem o cinto;</p> <p>Bainha lisa usada sobre o coturno.</p>
1	Cinto vermelho com ferragem branca, sem brasão.
4	<p>Camiseta amarela, gola em oval, distintivo no peito do lado esquerdo e nome bordado em letras pretas,</p> <p>Escrito em bordado costal (BOMBEIRO PARTICULAR) em formato de parábola acima "BOMBEIRO" e abaixo "PARTICULAR" reto, toda escrita com letras de 50mm.</p>
4	Pares de meias na cor preta – composição: 78% Algodão, 21% Poliamida e 1% outras fibras.
1	Coturno preto.

ANEXO II

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

1) MATERIAL DE PRIMEIROS SOCORROS

QUANT	DESCRIÇÃO
02 un	Estetoscópio para auscultação, olivas em plástico resistente, com acabamento sem rebarbas, conjunto bi-auricular em metal cromado, resistente e flexível, na curvatura do tubo em "Y".
01 un	Aparelho de pressão digital, com inflagem manual, indicação para pressão arterial e batimentos cardíacos, com bateria sobressalente.
01 un	Tesoura sem ponta, reta, confeccionada em aço inox, medindo 10cm de comprimento.
01 un	Tesoura cirúrgica com ponta aguda, reta, confeccionada em aço inox, medindo 15cm de comprimento.
02 un	Termômetro clínico digital, com beep sonoro, visor grande, desligamento automático.
02 un	Reanimador manual adulto (Ambu), em silicone, composto de máscara e bolsa reservatório de oxigênio, resistente a métodos de desinfecção e esterilização, acondicionado em bolsa, fechada com zíper.
01 un	Colete de imobilização tipo Ked, em material tipo nylon, que ofereça imobilização total, desde a cabeça até a região da cintura pélvica, devendo ter 3 tirantes em cores diferentes (verde, amarela e vermelha) para imobilização do tórax, e 2 para fixação da testa e queixo, com almofada para apoio da cabeça, acondicionando em sacola própria para o transporte.
01 un p/ cada tam	Jogo de Cânula de Guedell, tamanhos de 0 a 5, confeccionada em PVC transparente, esterilizada.
02 un	Colar cervical, confeccionado em polipropileno, sem emendas, nem presença de metais condutivos, apresentando baixo peso e propriedade radioaluminescentes, suporte adaptável a qualquer forma e tamanho de mandíbula, com aberturas laterais que permitem maior conforto e ventilação ao paciente.
10 un	Lençol plástico enxuto com forro (solteiro), medida 1,00x1,40.
04 un de cada tam	Conjunto de talas moldáveis, confeccionado em material metálico recoberto por espuma e envolvido em plástico transparente que permita lavagem e moldagem de acordo com a lesão, devendo vir em 3 tamanhos: 15", 36" e 54" e todas com 3" de largura.
02 cx	Caixa com 150 unidades de hastes flexíveis de plástico ou polipropileno, com algodão firmemente aderido nas pontas, medindo de 7 a 8 centímetros.
02 un	Atadura elástica de 10cm x 4,5m, com acabamento especial para aumento da durabilidade, da pressão do enfaixamento, com ótimo nível de estiramento.

10 un p/cada tam	Atadura de crepe, de 6cm x 3m, 10cm x 4,5m, 15cm x 4,5m, cor natural, com 13 fios, constituído de fios de algodão cru, bordas devidamente acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos.
30 pct	Pacote com 10 unidades de gaze esterilizada, medindo 7,5 x 7,5cm, 13 fios, com 8 dobras, confeccionada com fios 100% algodão hidrófilo.
03 un	Esparadrapo impermeável, confeccionado em tecido apropriado, cor branca, medindo 2,5cm x 4,5m, com flexibilidade suficiente para adaptar-se às dobras da pele sem que ocorra excessiva pressão ou fácil desprendimento, remoção sem deixar resíduos ou manchas na superfície, enrolado em carretel plástico.
02 cx	Caixa com 100 unidades de luva de látex para procedimento hospitalar, descartável, ambidestra, punhos longos, com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência, tamanho médio.
01 cx	Máscara cirúrgica descartável, formato retangular, com elástico, de polipropileno, cor branca. Caixa com 50 unidades.
01 cx de cada tam	Caixa com 30 unidades de curativo microporoso, que permite respiração da pele, evaporação de suor e umidade, mantendo a pele seca e fresca, resistente à água. Tamanhos: 19mm x 75mm, 15mm x 57mm, 9mm x 38mm.
01 litro	Água oxigenada 10 volumes, embalada em frasco contendo 1000ml.
01 litro	Tintura de iodo a 2%, embalagem em frasco contendo 1000ml.
01 rolo	Algodão hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo, com aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca, peso líquido de 500 gramas.
02 litros	Álcool etílico a 70% P/V, para superfícies fixas, anti-sepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000ml.
10 un	Solução ringer lactato em embalagens plásticas de 500ml.
10 un	Soro fisiológico de 0,9%, em embalagem plástica de 500ml.

01 pct	Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14cm de comprimento, 1,4cm de largura, 0,5mm de espessura, pacote com 100 peças.
01 un	Cabo de bisturi nº 3, para lâmina nº 15, confeccionado em aço inox, embalado individualmente em plástico.
04 un	Lâmina para bisturi nº 15, esterilizada, em aço carbono, com inibidor de corrosão, que permita realização de cortes suaves.
01 un	Pinça mosquito curva, em aço inox, medindo 12cm de comprimento.
01 un	Pinça anatômica, em aço inox, medindo 14cm de comprimento.
01 un	Bomba vácuo aspiradora/sugadora de sangue e secreção, portátil, para pequenas cirurgias e retirada de líquidos do pulmão, com frasco coletor com capacidade de 1 litro equipado com válvula de segurança, com 3 cânulas semi curvas e 1,5m de tubo plástico.
05 un	Tala para dedo em martelo, com fio de aço inoxidável, apoios de plástico e velcro.
05 un	Óculos de proteção individual para operações de trabalho sujeitas a partículas e poeiras como lixamento, pintura, serralheria, corte de metais.
03 un	Óculos de proteção individual contra excessiva luminosidade.
01 un	Maleta de emergência para transporte dos materiais, confeccionada em nylon resistente, estofada, nas cores padrão azul ou laranja.
02 un	Prancha de compensado naval rígido, para utilização em situações adversas, de 15mm de espessura mínima, com acabamento em verniz ou fórmica, medindo de 1,75 a 1,80m x 45 a 47cm, com 3 tirantes de 3 metros para imobilização do tórax, abdome e das pernas, com fivelas de soltura rápida; velcro com largura mínima de 5cm, acompanhando a prancha, tirantes com velcro para a fixação da cabeça. Não podem apresentar materiais presos à madeira que inibam a transparência via raios X (pregos, parafusos, etc).
10 un	Cobertor térmico aluminizado que reflete o calor do corpo e mantém o paciente aquecido e seco durante as atividades de pronto atendimento em caso de acidentes. Tamanho: 2,10 x 1,40m.
02 un	Padiola dobrável (1,90m x 0,60cm) com 03 cintos para afixar a vítima à padiola (tórax, quadril e pernas). Confeccionada em matéria-prima de alta qualidade, em lona impermeável resistente e duralumínio, resistência mínima de 159 Kg.

2) MATERIAL DE SEGURANÇA PARA A BRIGADA CONTRA INCÊNDIO

QUANT.	DESCRIÇÃO
01 un	Escada prolongável em fibra de vidro ou em alumínio, medindo 4,8m quando fechada e 8,4 quando aberta. Montantes em perfil tipo U, não condutivos, degraus de alumínio estruturado, fixo à escada por meio de suporte em alumínio, com encaixe prensado. Corrediça de aço estampado, revestida com resina de PVC. Sapata articulável de alumínio, liga com solado de borracha. Catraca com base de aço estampada e gancho de aço forjado. Terminal de polietileno para alinhamento e deslizamento da escada. Suporte de apoio de aço, com tratamento anticorrosivo. Moitão de alumínio - liga, com corda de polipropileno de 3/8", distância entre os degraus de 300mm. Peso aproximado de 29Kg. Número de degraus úteis: 27. Possuir nos montantes externos punhos laterais, rebatíveis, posicionados um de cada lado, altura de 1,5m para facilitar as atividades de armar e desarmar, com comprimento de 16cm quando armado, possuindo encaixe para fixar o punho quando rebatido. Todas as medidas são aproximadas, tolerando-se 10% para mais ou para menos.
01 un	Escada em fibra de vidro ou em alumínio, com pé e 6 degraus emborrachados.
08 un	Freio tipo oito de aço, de uso profissional, confeccionado em aço inox de alta resistência, com orelhas laterais para evitar travamentos acidentais, capacidade mínima de ruptura de 4000Kg, com 41 a 51mm no olhal maior, 35 a 40mm no olhal menor e peso máximo de 480 gramas.
08 un	Protetor auditivo tipo haste, com espumas que vedam o canal auditivo dispensando inserção, haste única e flexível, mantém baixa pressão e se adapta a diferentes cabeças.
01 un	Tesoura para fio energizado (corta fio), com lâminas em aço especial temperado e revestido, em corpo de ferro fundido nodular ferrítico perlítico: dimensões 755mm x 125mm, abertura mínima entre as lâminas de corte de 35mm, peso máximo de 6Kg, com cabo emborrachado à prova de choque elétrico de alta tensão (25000volts).
06 un	Capa de chuva plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor laranja, com capuz e manga comum, botões de pressão em metal ou plástico, com costuras reforçadas nas áreas de maior tensão e comprimento abaixo dos joelhos. Deverá possuir faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos (com dimensão de 2 a 4cm), tamanho extra grande.
02 un	Aparelho multiplicador de força (polia): sistema de polias para redução de força de 4 para 1, confeccionada em alumínio forjado de alta resistência, polia principal dotada de mecanismo blocante com proteção antiderrapante, composto de 45 metros de corda de 11mm, polia móvel simples, polia dupla de 3", estojo de proteção da corda, 3 mosquetões de aço.

02 rolos	Fita zebrada plástica utilizada para isolamento em áreas de acidente nas cores amarela e preta, 07cm x 200m.
40 m	Fita tubular para ancoragem fabricada em polipropileno, seda de nylon e/ou perlon, possuindo no mínimo 20mm de largura e 2mm de espessura, com carga de ruptura de 1200Kg, para serem usados como ponto de ancoragem.
01 un	Grampo com manilha com pino de fixação rosqueável - grampo de manilha tipo moitão confeccionado em aço galvanizado com 3 roldanas, com capacidade para 2000 Kg.
16 un	Mosquetão simétrico confeccionado em aço de alta resistência, com trava em rosca, abertura mínima do portal de 20mm, capacidade mínima de ruptura de 3000 Kg, esta devendo estar impressa no aparelho. Peso máximo de 300 gramas.
01 un	Tesoura para corte de ferro, com lâminas em aço especial temperado e revestido, em corpo de ferro fundido nodular ferrítico perlítico: dimensões 755mm x 125mm, abertura mínima entre as duas lâminas de corte 35mm, peso máximo de 6Kg.
08 pares	Luva para rapel confeccionada em vaqueta de alta qualidade e resistência à abrasão, com costura reforçada cobrindo toda a palma da mão, da parte interna do polegar até a falange proximal do dedo indicador em tecido antichama, devendo possuir regulagem em velcro no punho, não podendo este ser maior que 10 nem menor que 6 centímetros.
01 un	Tapete de borracha para alta tensão com capacidade para 25.000 Volts, com dimensões 50 x 35 x 3,5cm.
04 pares	Luvas de alta tensão confeccionadas em material isolante elétrico para trabalho em locais energizados, punho longo, com resistência mínima de 20.000 volts, para tensão de teste de 20KN e corrente de fuga máxima de 8000 amperes, tensão mínima de perfuração 30KV. Tamanho grande.
06 un	Cadeirinha tipo montanhismo acolchoada na cintura e nas pernas, confeccionada em fitas de nylon, tipo três pontas ou duas pontas com fivela de ajuste importada, cintura e pernas reguláveis, carga de ruptura mínima de 2500 KGF.
500 m	Corda para resgate, estática, de 11,5mm de diâmetro, de poliamida, para trabalho leve (resgate) do tipo A. Carga de ruptura mínima de 3.200 Kg, pesando aproximadamente 78 g/m, com elongação 50/150Kg, máxima de 2,7%. Resistência ao impacto de 100Kg mínimo de número 15, com um número de queda fator 1.

3) MATERIAL DE RONDA E COMUNICAÇÃO

QUANT	DESCRIÇÃO
15 un	Rádio transmissor (HT), 4 canais, níveis de potência ajustáveis, mínimo de 25 Km de alcance na transmissão de um rádio para outro, led de medição de bateria, bateria de níquel, carregador de baterias independente, antena móvel.
15 un	Microfone de lapela para os rádios transmissores
08 un	Lanterna de mão tipo farolete com capacidade de luminosidade de 500.000 velas, com uma bateria selada de 6V/4,2Ah recarregável, com recarregador, carregador veicular e transformador bivolt automático.
02 un	Megafone com potência regulável nominal de 12 e máximo de 18 watts, com 230 x 355mm, 1,6Kg (sem bateria), alcance de 1Km em zona rural e 500m em zona urbana, autonomia de 15 horas, alimentação: 8 pilhas R6.

4) FERRAMENTAS EM GERAL

QUANT	DESCRIÇÃO
01 un	Jogo de alicates: universal 8", corte diagonal 6", alicate ponta média 6".
01 un	Alicate de pressão de 10", mordente em aço cromo vanádio, temperado. Acabamento niquelado. Abertura variável.
01 un	Machado, forjado em aço carbono, lâmina com tratamento térmico especial, que garanta resistência ao desgaste, com cabo de madeira reforçado.
01 jogo	Chave de fenda, nos tamanhos 1/8 x 4", 3/16 x 4" e 1/4 x 5".
01 un	Aparelho tipo croque com gancho na ponta, em fibra de vidro, em três lances montáveis, apresentando comprimento mínimo quando montado de 4 metros, não condutor de eletricidade. Deverá ser fornecido em sacola com três lances com encaixe padrão.
01 jogo	Chave Philips, nos tamanhos 1/4 x 4", 1/4 x 6", 1/8 x 3", 3/16 x 3".
01 jogo	Chave estrela, nos tamanhos 10 x 11, 12 x 13, 14 x 15.
01 un de cada	Marretas de 2Kg e de 5Kg, com base polida, cabo curto de madeira fixado com cunhas metálicas.

01 um	Chave de grifo de 640mm, com corpo em ferro fundido nodular, para instalações e manutenções hidráulicas, com grifo (chave) para tubos regulável.
01 um	Martelo unha polido 25", com cabo de madeira fixado com epóxi.
01 um	Arco de serra fixo de 12".
05 um	Lâmina para arco de serra para arco de serra fixo de 12".
01 um	Talhadeira 19mm, com corpo em aço cromo vanádio. Tratamento térmico diferenciado nas extremidades. Acabamento fosfatizado. Ferramenta mecânica de haste sextavada utilizada para eliminar rebarbas, seccionar arames ou chapas metálicas de pequenas espessuras, abrir sulcos em chapas planas metálicas, em locais de difícil acesso.
01 um	Facão de 18", em aço, com cabo em polipropileno.
01 jogo	Chave de boca, nos tamanhos 8 x 9, 10 x 11, 14 x 15.
01 um	Pé de cabra
01 um	Chave de fenda teste ponta chata, com haste em aço carbono temperado e acabamento niquelado, com cabo injetado em acetato de celulose e circuito através de botão na extremidade do cabo, com lâmpada néon.